


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001612-48.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pessoas com deficiência**
 Requerente: **Renato Marques Rosa**
 Requerido: **"Fazenda do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

VISTOS.

Trata-se de Ação Declaratória c.c. Repetição de Indébito ajuizada por Renato Marques Rosa, representado por seu genitor Alessandro Roberto Marini Rosa, contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, sustentando, em síntese que é portador de "Associação de Charge", estando na dependência total de terceiros para sua locomoção, razão pela qual o veículo de propriedade de seu pai, descrito na inicial e utilizado exclusivamente para leva-lo às atividades que desenvolve, como sessões de fonoaudiologia, psicoterapia ecoterapia e natação deveria ser beneficiário de isenção do IPVA, em conformidade com a Constituição Federal, liberando-o da cobrança do valor de R\$ 3.546,95, referente ao ano de 2015.

Foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela.

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 33), sustentando a improcedência do pedido, sob o fundamento de que a Lei Estadual nº 13.296/08, em seu artigo 13, inciso III, não prevê isenção na hipótese narrada na inicial. Afirma que, para se beneficiar da isenção, é necessário o preenchimento de dois requisitos: i) pessoa com deficiência física que conduza o veículo; e ii) veículo adaptado. Informou, ainda, que houve pedido administrativo, que foi indeferido, em vista da ausência de previsão legal em relação ao proprietário que possui parente com deficiência.

É O RELATÓRIO.
PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece parcial acolhimento.

A jurisprudência, em consonância com os princípios constitucionais, tem entendido que a interpretação da norma que regulamenta a matéria deve ser flexibilizada a fim de atender a todos os deficientes, mesmo nos casos em que o veículo seja conduzido por terceiro, pois, de outra forma, afrontaria ao fim colimado pelo legislador, ínsito em particular no art. 227, § 1º, II da Constituição Federal, qual seja, o de facilitar a locomoção de pessoa portadora de deficiência física e, efetivamente, integra-la à sociedade. Em análise equivalente, na senda da interpretação teleológica, se somente os deficientes com habilitação fossem abarcados pela benesse, a norma, em apartada aplicação, restringiria a locomoção de deficientes inaptos para dirigir e, na prática, criaria mais obstáculos à sua participação na vida em sociedade e em igualdade de condições.

Neste sentido, inclusive, tem decidido o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

DEFICIENTE FÍSICO. Isenção de IPVA. Pretensão de obter isenção do IPVA de veículo automotor de propriedade de deficientes físicos mentais (Síndrome de Down, Autismo e Mal de Parkinson), embora dirigido por terceiros. Extensão do benefício aos condutores do veículo. Possibilidade. Atendimento ao princípio da isonomia, da dignidade da pessoa humana e da inclusão social das pessoas portadoras de deficiência física. Inocorrência de ofensa ao princípio da legalidade ou da separação dos poderes. Lei Federal nº 10.690/2003. Precedentes. Sentença mantida. Recurso improvido. (Apelação nº 1004072-37.2014.8.26.0482, Relator(a): Claudio Augusto Pedrassi; Comarca: Presidente Prudente; Órgão julgador: 2ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 28/07/2015; Data de registro: 31/07/2015).

APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA - IPVA – ISENÇÃO – DEFICIENTE FÍSICO – Pretensão mandamental do impetrante voltada ao reconhecimento de seu suposto direito líquido e certo a obter a isenção do IPVA, em razão de ser pessoa portadora de deficiência física - possibilidade – acervo fático-probatório dos autos que comprova ter sido o veículo adquirido para ser utilizado por pessoa com


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

deficiência física, ainda que sob a direção/condução de terceiro - preenchimento dos requisitos elencados no art. 13, III da Lei Estadual nº 13.296/2008, cc. art. 4º, I, do Decreto nº 59.953/2013 – interpretação harmônica entre a legislação paulista e os arts. 5º, caput, 23, inciso II, e 203, inciso IV, da Constituição Federal - prevalência dos preceitos constitucionais que asseguram a proteção especial às pessoas deficientes - precedentes - sentença concessiva da ordem de segurança mantida. Recursos, oficial e voluntário, improvidos, com observação. (Apelação nº 1004730-19.2014.8.26.0302, Relator(a): Paulo Barcellos Gatti; Comarca: Jaú; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 27/07/2015; Data de registro: 31/07/2015).

APELAÇÃO. Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores. Ação Declaratória. Pretensão à isenção de IPVA sobre automóvel de propriedade de deficiente físico não condutor. Possibilidade Interpretação teleológica e sistemática. Aplicação dos princípios constitucionais da igualdade, dignidade da pessoa humana e isonomia tributária em absoluta consonância com a Constituição Estadual. Prevalência dos preceitos constitucionais que asseguram a proteção especial às pessoas deficientes. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento". (TJSP Apelação nº 001223-09.2014.8.26.0483, 8ª Câmara de Direito Público, Relator: Ponte Neto, Data do julgamento: 20/08/2014).

Desnecessário, portanto, indagar se será o próprio deficiente ou terceiro o condutor do veículo, pois o que se almeja favorecer é a movimentação, a circulação e o deslocamento, não o ato de conduzir veículo automotor propriamente dito.

O autor além da declaração de isenção para o IPVA sobre o veículo indicado na petição inicial, requer a condenação da requerida à restituição do valores pagos a título de IPVA referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015.

Em relação ao pedido de repetição de indébito, há de ser ponderado que o ato administrativo que reconhece a isenção tem índole meramente declaratória, proclamando situação preexistente e não constitutiva do direito, uma vez que este deriva diretamente da lei, tendo, portanto, efeito retroativo.

Essa é a jurisprudência pacificada no âmbito do colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TRIBUTÁRIO - IPVA - ISENÇÃO CONDICIONADA ATO ADMINISTRATIVO - NATUREZA DECLARATÓRIA EFEITOS EX TUNC - INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. - A concessão de isenção tributária apenas proclama situação preexistente capaz de conceder ao contribuinte o benefício fiscal. O ato declaratório da concessão de isenção tem efeito retroativo à data em que a pessoa reunia os pressupostos legais para o reconhecimento dessa qualidade. A agravante não trouxe argumento novo capaz de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada. Agravo regimental improvido” (AgRg no REsp 1170008/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18/03/2010).

Neste mesmo sentido já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

"CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. IPVA. VEÍCULO ADAPTADO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. ISENÇÃO. CONCESSÃO NATUREZA DECLARATÓRIA. EFEITO RETROATIVO. A concessão de isenção tributária, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.606/89, tem natureza declaratória e efeito retroativo. Precedente do STJ. Segurança concedida. Sentença mantida. Reexame necessário, considerado interposto, desacolhido. Recurso desprovido.” (Apelação nº 0264847-18.2009.8.26.0000, Rel. Des. DÉCIO NOTARANGELI, 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, j. 24.04.2013).

Por isso, a inexigibilidade de IPVA deve ser reconhecida também em relação ao IPVA do exercício de 2015, de modo que cabe à requerida proceder à repetição do indébito efetivamente solvido (comprovante de pagamento de fls. 26).

A restituição dos valores referentes aos exercícios de 2013 e 2014 não tem como ser acolhida, pois, conforme se observa da Nota Fiscal de fls. 25, a compra do veículo foi realizada em 29/01/2014, tendo, portanto, o fato gerador dos referidos exercícios ocorrido anteriormente à aquisição do veículo.

Sobre o valor a restituir cumpre que se adicione correção monetária, que propriamente nada acrescenta ao capital, apenas preservando o valor da moeda, desde o comprovado desembolso e juros simples de mora, à taxa anual de 12%, para que não haja o enriquecimento injusto, devidos a partir do trânsito em julgado, consoante a dicção do art. 167, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Os juros moratórios serão de 12% (doze por cento) ao ano, não 6%, porque este é o entendimento que mais se afeiçoa ao princípio da isonomia; não se justifica que para a cobrança da dívida fiscal os juros somem este percentual (cf. CTN, artigo 161, par. 1º), deferindo-se muito menos àquele que indevidamente pagou, nas repetições (cf. ATJSP, Apelação Cível 266.753-2, de São Paulo, 5ª Câmara Civil, rel. Des. Maurício Vidigal).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **PARCIALMENTE PROCEDENTE** para conceder a isenção do IPVA, relativamente ao veículo automotor CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ, placa FGZ 7641, RENAVAL 00992405645, de modo que referido imposto não lhe poderá ser validamente exigido, bem como a condenar a Fazenda Estadual à restituição do valor do IPVA do exercício de 2015, com correção monetária desde a data do desembolso e juros de mora legais, a partir do trânsito em julgado, tal como preceitua o artigo 167, parágrafo único do Código Tributário Nacional, nos termos da fundamentação acima, apenas com a anotação de que a correção monetária deve observar a "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 Modulada".

Tendo havido sucumbência recíproca em grau mínimo para o autor, condeno a Fazenda Pública do Estado de São Paulo a arcar com os honorários advocatícios, arbitrados estes, nos termos do artigo 85, § 8º, em R\$ 770,00, sendo isenta de custas, na forma da lei.

P.R.I.C

São Carlos, 15 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**